CAPÍTULO 15

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Artigo 15.1: Definições

Para efeito deste Capítulo:

condições de compensação refere-se a qualquer condição ou compromisso que requeira o uso de conteúdo nacional, fornecedor nacional, licenciamento ou transferência de tecnologia, investimento, permuta ou similar para estimular o desenvolvimento local ou melhorar o balanço de pagamentos de uma Parte;

contrato de construção, operação e transferência e contrato de concessão de obras públicas são acordos contratuais cujo principal propósito é dispor sobre construção ou reforma de infraestrutura física, usinas, prédios, instalações ou outras obras governamentais segundo os quais, em consideração à execução de um acordo contratual por parte de um fornecedor, uma entidade compradora confere ao fornecedor, por um período definido, a propriedade temporária ou o direito de controle, operação e de exigir pagamento pelo uso dessas obras durante a vigência do contrato;

edital de intenção de compra significa um edital publicado por uma entidade compradora convidando fornecedores interessados a enviar um pedido de participação, uma proposta ou ambos;

entidade compradora é uma entidade relacionada no Anexo 15-A;

especificação técnica é um requisito licitatório que:

- (a) define as características:
 - (i) das mercadorias a serem adquiridas, inclusive qualidade, desempenho, segurança e dimensões ou seus processos e métodos de produção; ou
 - (ii) dos serviços a serem adquiridos ou dos processos ou métodos para sua provisão, incluindo qualquer provisão administrativa; ou
- (b) trata de terminologia, símbolos, embalagens, requisitos de marca ou etiqueta aplicáveis a uma mercadoria ou serviço.

fornecedor é uma pessoa ou um grupo de pessoas que fornece ou pode fornecer mercadoria ou serviço a uma entidade compradora; e

fornecedor qualificado é um fornecedor que uma entidade compradora reconhece ter satisfeito as condições de participação;

licitação aberta é um método de compra segundo o qual todos os fornecedores interessados podem apresentar uma proposta;

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência**

Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês

licitação restrita significa um método de compra segundo o qual a entidade compradora contata um fornecedor ou fornecedores de sua escolha;

licitação seletiva é um método de compras pelo qual a entidade compradora convida somente fornecedores qualificados a apresentar propostas;

lista multiuso é uma lista de fornecedores os quais uma entidade compradora determinou satisfazer as condições de inclusão nessa lista, e que a entidade compradora pretende usar mais de uma vez;

mercadorias ou serviços comerciais significam mercadorias ou serviços do tipo comumente vendido ou posto à venda no mercado comercial e normalmente adquirido por compradores não governamentais para fins não governamentais;

por escrito ou escrito refere-se a qualquer expressão em números ou palavras que possa ser lida, reproduzida e posteriormente comunicada. Pode incluir informações transmitidas eletronicamente e informações armazenadas;

publicar significa divulgar informações por meio eletrônico ou em papel com ampla distribuição e de fácil acesso para o público em geral;

serviços incluem serviços de construção, exceto se especificado de outro modo;

Artigo 15.2: Escopo

Aplicação do Capítulo

1. Este Capítulo se aplica a qualquer medida em relação às compras cobertas.
2. Para efeito deste Capítulo, compras cobertas são as compras pelo setor público:
 - (a) de mercadoria, serviço ou qualquer combinação dos mesmos conforme especificado na Programação de cada Parte no Anexo 15-A;
 - (b) por qualquer meio contratual, inclusive: compra; aluguel ou *leasing*, com ou sem opção de compra; contratos de construção, operação e transferência e contratos de concessão de obras públicas;
 - (c) cujo valor, estimado conforme os parágrafos 8 e 9, seja igual ou superior ao limite aplicável previsto na Programação da Parte no Anexo 15-A, na ocasião da publicação de um edital de intenção de compra;
 - (d) por uma entidade compradora; e
 - (e) que não tenha sido de outra forma excluída da cobertura prevista neste Acordo.

Atividades não incluídas

3. Salvo disposições em contrário na Programação de uma Parte no Anexo 15-A,

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

este Capítulo não se aplica:

- (a) a aquisição ou aluguel de terrenos, prédios existentes ou outras propriedades imobiliárias ou seus direitos;
- (b) a acordos não contratuais ou qualquer forma de assistência que uma Parte, incluindo suas entidades compradoras, forneça, inclusive acordos de cooperação, transferências, empréstimos, aportes de capital, garantias, subsídios, incentivos fiscais e acordos de patrocínio;
- (c) à compra ou aquisição de: serviços de órgãos ou depósitos fiscais; serviços de liquidação e gestão para instituições financeiras regulamentadas; ou serviços relacionados com venda, reembolso ou distribuição de dívida pública, inclusive empréstimos, títulos, papéis e outros valores mobiliários do governo;
- (d) a contratos de emprego no funcionalismo público;
- (e) a compras:
 - (i) realizadas com o propósito específico de fornecer assistência internacional, inclusive ajuda ao desenvolvimento;
 - (ii) financiadas por organização internacional ou por doações, empréstimos ou outra forma de assistência estrangeiros ou internacionais aos quais se apliquem procedimentos ou condições de compra da organização ou doador internacional. Se os procedimentos ou condições da organização ou doador internacional não restringirem a participação de fornecedores, a compra estará sujeita ao Artigo 15.4.1 (Princípios gerais); ou
 - (iii) realizadas segundo procedimento ou condição particular de um acordo internacional relacionado com destacamento de tropas ou implementação conjunta de um projeto pelos países signatários do mesmo; e
- f) à compra de mercadoria ou serviço fora do território da Parte da entidade compradora, para consumo fora do território dessa Parte.

Programações

4. Cada Parte especificará as seguintes informações em sua Programação no Anexo 15-A:

- (a) na Seção A, as entidades do governo central cujas compras estão cobertas por este Capítulo;
- (b) na Seção B, as entidades do governo subcentral cujas compras estão cobertas por este Capítulo;
- (c) na Seção C, outras entidades cujas compras estão cobertas por este

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês
Capítulo;**

- (d) na Seção D, as mercadorias cobertas por este Capítulo;
- (e) na Seção E, os serviços, exceto serviços de construção, cobertos por este Capítulo;
- (f) na Seção F, os serviços de construção cobertos por este Capítulo;
- (g) na Seção G, quaisquer Observações Gerais;
- (h) na Seção H, a Fórmula de Ajuste dos Limites aplicável;
- (i) na Seção I, os requisitos de publicação de informações previstos no Artigo 15.6.2 (Publicação de informações de compra); e
- (j) na Seção J, todas as medidas de transição nos termos do Artigo 15.5 (Medidas de transição).

Conformidade:

5. Cada Parte garantirá que suas entidades compradoras agirão em conformidade com este Capítulo na realização de compras cobertas.

6. Nenhuma entidade compradora preparará ou planejará uma compra, nem a estruturará ou a dividirá em compras separadas em nenhuma fase da compra, tampouco usará um método específico para estimar o valor da compra com o propósito de evitar as obrigações deste Capítulo.

7. Nada neste Capítulo será interpretado de forma a evitar que uma Parte, inclusive suas entidades compradoras, desenvolva novas políticas, procedimentos ou meios contratuais de compra, desde que estes não estejam em desacordo com o presente Capítulo.

Atribuição de valor

8. Ao estimar o valor de uma compra no intuito de verificar se é uma compra coberta, a entidade compradora incluirá o maior valor total estimado da compra ao longo de toda a sua duração, levando em conta:

- (a) todas as formas de remuneração, incluindo qualquer bônus, taxa, comissão, juros ou outros fluxos de receita previstos no contrato;
- (b) o valor de qualquer cláusula de opção; e
- (c) qualquer contrato adjudicado ao mesmo tempo ou durante um determinado período a um ou mais fornecedores para a mesma compra.

9. Se o maior valor total estimado de uma compra ao longo de toda a sua duração não for conhecido, a compra será considerada uma compra coberta, exceto se excluída de outra forma nos termos deste Acordo.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

Artigo 15.3: Exceções

1. Desde que se cumpra o requisito segundo o qual a medida não será aplicada de maneira que possa constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável entre as Partes onde prevalecem condições iguais, ou uma restrição velada ao comércio entre as Partes, nada neste Capítulo será interpretado de forma a evitar que uma Parte, inclusive suas entidades compradoras, adote ou mantenham uma medida:

- (a) necessária para proteger a moral, a ordem ou a segurança públicas;
- (b) necessária para proteger a vida ou a saúde humana, animal ou vegetal;
- (c) necessária para a proteção de propriedade intelectual; ou
- (d) relacionada a mercadoria ou serviço fornecido por pessoas com deficiência, instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos ou trabalho penitenciário.

2. As Partes entendem que o subparágrafo 1(b) inclui medidas ambientais necessárias para proteger a vida ou a saúde humana, animal ou vegetal.

Artigo 15.4: Princípios gerais

Tratamento nacional e não discriminação

1. Com relação a qualquer medida sobre compras cobertas, cada Parte, inclusive suas entidades compradoras, dispensará imediata e incondicionalmente às mercadorias e aos serviços de qualquer outra Parte, assim como aos fornecedores de qualquer outra Parte, tratamento não menos favorável que aquele dispensado pela Parte, inclusive por suas entidades compradoras, a:

- (a) mercadorias, serviços e fornecedores nacionais; e
- (b) mercadorias, serviços e fornecedores de qualquer outra Parte.

Para maior clareza, esta obrigação refere-se somente ao tratamento dispensado por uma Parte a qualquer mercadoria, serviço ou fornecedor de qualquer outra Parte deste Acordo.

2. Com relação a qualquer medida relacionada a compras cobertas, nenhuma Parte, inclusive suas entidades compradoras:

- (a) tratará um fornecedor estabelecido no país de modo menos favorável do que o que trata outro fornecedor local em função do grau de afiliação ou propriedade estrangeira; ou
- (b) discriminará um fornecedor estabelecido no país porque uma mercadoria ou um serviço oferecido por esse fornecedor para uma compra em particular é uma mercadoria ou um serviço de alguma outra Parte.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

3. Todos os pedidos nos termos de contratos adjudicados para compras cobertas estarão sujeitos aos parágrafos 1 e 2 deste Artigo.

Métodos de compras

4. Uma entidade compradora usará um procedimento de licitação aberta para as compras cobertas, exceto quando se apliquem os Artigos 15.9 (Qualificação de fornecedores) ou 15.10 (Licitação restrita).

Regras de origem:

5. Cada Parte aplicará à compra coberta de uma mercadoria as regras de origem que normalmente aplica ao comércio dessa mercadoria.

Condições de compensação

6. Com relação às compras cobertas, nenhuma Parte, inclusive suas entidades compradoras, buscará, considerará, imporá ou aplicará qualquer condição de compensação em qualquer estágio da compra.

Medidas não específicas às compras

7. Os parágrafos 1 e 2 não se aplicarão a taxas e encargos aduaneiros de qualquer espécie impostos sobre ou em conexão com importação, método de aplicação desses encargos e taxas, outros regulamentos ou formalidades e medidas que afetem o comércio de serviços, à exceção das medidas que regem as compras cobertas.

Uso de meios eletrônicos

8. As partes buscarão fornecer oportunidades para a realização de compras cobertas por meios eletrônicos, inclusive a publicação de informações, editais e documentos de licitação, bem como para a recepção de propostas.

9. Ao realizar compras cobertas por meios eletrônicos, uma entidade compradora:

- (a) garantirá que a compra seja realizada usando sistemas de tecnologia da informação e programas de software, inclusive aqueles relacionados com autenticação e criptografia de informações, que estão geralmente disponíveis e são compatíveis com outros sistemas de tecnologia da informação e programas de software; e
- (b) estabelecerá e manterá mecanismos para garantir a integridade das informações prestadas por fornecedores, incluindo solicitações de participação e propostas.

Artigo 15.5: Medidas de transição

1. Uma Parte que seja um país em desenvolvimento (país em desenvolvimento Parte) poderá, com o acordo das outras Partes, adotar ou manter uma ou mais das seguintes medidas de transição, durante um período de transição definido e em

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**
cumprimento da Seção J da Programação da Parte no Anexo 15-A:

- (a) um programa de preços de referência, desde que o programa:
 - (i) dê preferência somente às partes da licitação que incorporem mercadorias ou serviços oriundos desse país em desenvolvimento Parte; e
 - (ii) seja transparente e que a preferência e sua aplicação nas compras estejam claramente descritas no edital de intenção de compra;
- (b) uma condição de compensação, desde que toda solicitação, consideração ou imposição da condição de compensação esteja claramente enunciada no edital de intenção compra;
- (c) o acréscimo gradual de entidades ou setores específicos; e
- (d) um limite maior que seu limite permanente.

Uma medida de transição será aplicada de maneira a não causar discriminação entre as outras Partes.

2. As Partes podem concordar com o atraso na aplicação de qualquer obrigação deste Capítulo, com exceção do Artigo 15.4.1 (Princípios gerais) por parte de um país em desenvolvimento Parte, enquanto esta Parte implemente a obrigação. O período de implementação será tão somente o período necessário para implementar a obrigação.

3. Qualquer país em desenvolvimento Parte que tenha negociado um período de implementação de uma obrigação nos termos do parágrafo 2 deve incluir em sua Programação no Anexo 15-A o período de implementação acordado, a obrigação específica sujeita ao período de implementação e quaisquer obrigações interinas que tenha acordado cumprir durante o período de implementação.

4. Após a entrada em vigor deste Acordo para um país em desenvolvimento Parte, as outras Partes, mediante solicitação desse país em desenvolvimento Parte, podem:

- (a) ampliar o período de transição de uma medida adotada ou mantida conforme o parágrafo 1 ou qualquer período de implementação negociado conforme o parágrafo 2; ou
- (b) aprovar a adoção de nova medida de transição conforme o parágrafo 1, em circunstâncias especiais que não tenham sido previstas.

5. Um país em desenvolvimento Parte que tenha negociado uma medida de transição conforme os parágrafos 1 ou 4, um período de implementação conforme o parágrafo 2, ou qualquer prorrogação conforme o parágrafo 4, adotará todas as medidas necessárias durante o período de transição ou implementação para garantir o cumprimento deste Capítulo ao final de todos esses períodos. O país em desenvolvimento Parte notificará as outras Partes, prontamente, sobre cada etapa conforme o Artigo 27.7 (Relatórios sobre os progressos relacionados às medidas de transição).

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

6. Cada Parte considerará qualquer solicitação de um país em desenvolvimento Parte de cooperação técnica e capacitação com relação à sua implementação deste capítulo.

Artigo 15.6: Publicação de informações de compras

1. Cada Parte publicará, prontamente, toda medida de aplicação geral relacionada a compras cobertas, assim como quaisquer mudanças ou acréscimos a essas informações.

2. Cada Parte incluirá na Seção 1 de sua Programação no Anexo 15-A o meio eletrônico ou em papel no qual a Parte publica as informações descritas no parágrafo 1 e os editais exigidos nos termos do Artigo 15.7 (Editais de intenção de compra), Artigo 15.9.3 (Qualificação de fornecedores) e Artigo 15.16.3 (Informações posteriores às adjudicações).

3. Cada Parte, mediante solicitação, responderá a um inquérito relacionado às informações mencionadas no parágrafo 1.

Artigo 15.7: Editais de intenção de compra

1. Para cada compra coberta, exceto nas circunstâncias descritas no Artigo 15.10 (Licitação restrita), uma entidade compradora publicará um edital de intenção de compra em meio eletrônico apropriado ou em papel conforme previsto no Anexo 15-A. Os editais permanecerão facilmente acessíveis ao público até o fim do período do edital ou do prazo para a apresentação de propostas.

2. Os editais, se acessíveis por meio eletrônico, devem ser disponibilizados gratuitamente:

- (a) para entidades do governo central incluídas no Anexo 15-A, por meio de um único ponto de acesso; e
- (b) para entidades de governo subcentral e outras entidades incluídas no Anexo 15-A, por meio de links em um único portal eletrônico.

3. Salvo disposições em contrário neste Capítulo, todos os editais de intenção de compra incluirão as seguintes informações, exceto quando essas informações forem fornecidas na documentação licitatória disponibilizada gratuitamente a todos os fornecedores interessados no momento do edital de intenção de compra:

- (a) o nome e o endereço da entidade compradora e outras informações necessárias para contatar a entidade compradora e obter todos os documentos relevantes relacionados à compra, o custo e os prazos de pagamento para a obtenção dos documentos correspondentes, quando houver;
- (b) uma descrição da compra, inclusive, quando apropriado, da natureza e quantidade das mercadorias ou serviços a serem comprados e uma descrição de quaisquer opções, ou uma estimativa da quantidade quando a quantidade não for conhecida;

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência**

Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês

- (c) se aplicável, o prazo para entrega das mercadorias ou serviços ou a duração do contrato;
- (d) se aplicável, o endereço e quaisquer datas finais para entrega de solicitações de participação na compra;
- (e) o endereço e a data final para entrega de propostas;
- (f) a língua ou as línguas em que as propostas ou solicitações de participação podem ser entregues, quando não se tratar de uma língua oficial da Parte da entidade compradora;
- (g) uma lista e uma breve descrição de todas as condições de participação de fornecedores, que pode incluir qualquer exigência correspondente sobre certificações ou documentos específicos que os fornecedores precisam apresentar;
- (h) se, nos termos do Artigo 15.9 (Qualificação de fornecedores), uma entidade compradora tiver a intenção de selecionar um número restrito de fornecedores qualificados para apresentar propostas, os critérios que serão usados para a seleção e, quando houver, qualquer limitação ao número de fornecedores que poderão apresentar propostas; e
- (i) uma indicação de que a compra é coberta por este Capítulo, a menos que essa indicação esteja disponível ao público por meio das informações publicadas nos termos do Artigo 15.6.2 (Divulgação das informações de compra).

4. Para maior clareza, o parágrafo 3 não impede que uma Parte cobre uma taxa pelos documentos da licitação se o edital de intenção de compra incluir todas as informações definidas no parágrafo 3.

5. Para efeito deste Capítulo, cada Parte se esforçará para usar a língua inglesa na publicação do edital de intenção de compra.

Edital de compra planejada

6. É recomendável que as entidades compradoras divulguem o mais cedo possível em cada exercício fiscal um edital sobre seus planos de compras futuras (edital de compra planejada), o qual deve incluir o teor da compra e a data planejada para publicação do edital de intenção de compra.

Artigo 15.8: Condições de participação

1. Uma entidade compradora limitará todas as condições de participação em uma compra coberta às condições que garantam que um fornecedor tenha capacidade jurídica e financeira e habilidade comercial e técnica para atender aos requisitos dessa compra.

2. Ao estabelecer as condições de participação, uma entidade compradora:

- (a) não imporá a condição de que, para participar de uma compra, o

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência**
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês
fornecedor já tenha ganhado um ou mais contratos de uma entidade compradora de uma Parte ou tenha experiência prévia no território dessa Parte; e

- (b) poderá exigir experiência anterior pertinente desde que essa experiência seja essencial para atender aos requisitos da compra.

3. Ao avaliar se um fornecedor atende às condições de participação, uma entidade compradora:

- (a) avaliará a capacidade financeira e as habilidades comercial e técnica de um fornecedor com base em suas atividades comerciais dentro e fora do território da Parte da entidade compradora; e
- (b) baseará sua avaliação exclusivamente nas condições que a entidade compradora tenha especificado de antemão nos editais ou nos documentos de licitação.

4. Se houver material de apoio, uma Parte, inclusive suas entidades compradoras, poderá excluir um fornecedor por motivos tais como:

- (a) falência ou insolvência;
- (b) declarações falsas;
- (c) deficiências importantes ou persistentes no desempenho de qualquer requisito ou obrigação significativa nos termos de um ou mais contratos anteriores; ou
- (d) não pagamento de tributos.

5. Para maior clareza, este Artigo não pretende evitar que uma entidade compradora promova o cumprimento das leis no território em que as mercadorias sejam produzidas ou o serviço seja realizado com relação a direitos trabalhistas conforme reconhecidos pelas Partes e disposto no Artigo 19.3 (Direitos trabalhistas), desde que essas medidas sejam aplicadas em harmonia com o Capítulo 26 (Transparência e anticorrupção) e não sejam aplicadas de maneira a constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável entre as Partes ou uma restrição velada ao comércio entre as Partes.¹

Artigo 15.9: Qualificação de fornecedores

Sistemas de registro e procedimentos de qualificação

1. Uma Parte, inclusive suas entidades compradoras, poderá manter um sistema de registro de fornecedores pelo qual os fornecedores interessados são solicitados a se registrar e prestar determinadas informações.

2. Nenhuma Parte, inclusive suas entidades compradoras, deverá:

¹ A adoção e manutenção dessas medidas por uma Parte não serão interpretadas como indício de que outra Parte tenha descumprido as obrigações do Capítulo 19 (Mão de obra) com relação à mão de obra.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência**

Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês

- (a) adotar ou aplicar qualquer sistema de registro ou procedimento de qualificação com o propósito ou o efeito de criar obstáculos desnecessários à participação de fornecedores de outra Parte em seu sistema de compras, ou
- (b) usar esse sistema de registro ou procedimento de qualificação para evitar ou atrasar a inclusão de fornecedores de outras Partes em uma lista de fornecedores ou evitar que esses fornecedores sejam considerados para uma compra em particular.

Licitação seletiva

3. Se as medidas de uma Parte autorizarem o uso de licitação seletiva, e se uma entidade compradora pretender recorrer à licitação seletiva, a entidade compradora deverá:

- (a) publicar um edital de intenção de compra que convide os fornecedores a apresentar um pedido de participação em uma compra coberta; e
- (b) incluir no edital de intenção de compra as informações especificadas no Artigo 15.7.3 (a), (b), (d), (g), (h) e (i) (Editais de intenção de compra).

4. A entidade compradora deverá:

- (a) publicar o edital com antecedência suficiente à data da compra para permitir que fornecedores interessados solicitem participação na compra;
- (b) fornecer aos fornecedores qualificados, no início do período da licitação, no mínimo as informações previstas no Artigo 15.7.3 (c), (e) e (f) (Editais de intenção de compra) que os notificam conforme especificado no Artigo 15.14.3(b) (Prazos); e
- (c) permitir que todos os fornecedores qualificados apresentem uma proposta, salvo se a entidade compradora tiver especificado no edital de intenção de compra um limite no número de fornecedores que poderão apresentar proposta, bem como os critérios ou a justificativa para selecionar o número restrito de fornecedores.

5. Se os documentos da licitação não forem divulgados na data da publicação do edital a que se refere o parágrafo 3, a entidade compradora assegurará que os documentos da licitação sejam divulgados ao mesmo tempo a todos os fornecedores qualificados selecionados de acordo com o parágrafo 4(c).

Listas multiuso

6. Uma Parte, inclusive suas entidades compradoras, poderá criar ou manter uma lista multiuso, desde que publique anualmente, ou de outra forma coloque continuamente à disposição por meios eletrônicos, um edital convidando os fornecedores interessados a se candidatarem para a inclusão nessa lista. O edital incluirá:

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

- (a) uma descrição de mercadorias e serviços, ou suas categorias, para os quais a lista poderá ser usada;
- (b) as condições de participação a serem cumpridas pelos fornecedores para inclusão na lista e os métodos que a entidade compradora ou outro órgão governamental usará para verificar se o fornecedor cumpre tais condições;
- (c) o nome e o endereço da entidade compradora ou de outro órgão governamental, além de outras informações necessárias para contatar a entidade compradora e obter todos os documentos pertinentes relacionados com a lista;
- (d) o período de validade da lista e os meios para sua renovação ou término ou, se o período de validade não estiver estabelecido, uma indicação do método pelo qual será comunicado o término do uso da lista;
- (e) o prazo final para solicitação de inclusão na lista, se aplicável; e
- (f) uma indicação de que a lista poderá ser usada para compras cobertas neste Capítulo, exceto se a indicação estiver disponível ao público por meio de informação publicada nos termos do Artigo 15.6.2 (Publicação de informações de compras).

7. Uma Parte, inclusive suas entidades compradoras, que cria ou mantém uma lista multiuso, incluirá na lista, dentro de um prazo razoável, todos os fornecedores que satisfaçam as condições de participação estabelecidas no edital ao qual se refere o parágrafo 6.

8. Se um fornecedor, que não esteja incluído em uma lista multiuso apresentar uma solicitação para participar de uma compra com base na lista multiuso e apresentar toda a documentação exigida no prazo determinado no Artigo 15.14.2 (Prazos), uma entidade compradora deverá analisar a solicitação. A entidade compradora não excluirá o fornecedor da consideração com respeito à compra, exceto se a entidade compradora não puder concluir a análise da solicitação dentro do prazo permitido para apresentação de propostas.

Informações sobre decisões da entidade compradora

9. Uma entidade compradora ou outra entidade de uma Parte informará prontamente a qualquer fornecedor que apresente uma solicitação de participação em uma compra ou se candidate para inclusão em uma lista multiuso sobre a decisão com relação à solicitação e à candidatura.

10. Se uma entidade compradora ou outra entidade de uma Parte rejeitar uma solicitação de fornecedor para participar ou se candidatar à inclusão em uma lista multiuso, deixar de reconhecer a qualificação de um fornecedor ou excluir um fornecedor de uma lista multiuso, a entidade informará prontamente o fornecedor e, mediante solicitação do fornecedor, proporcionará prontamente ao fornecedor uma explicação por escrito do motivo da sua decisão.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

Artigo 15.10: Licitação restrita

1. Desde que não use esta disposição com a finalidade de evitar a concorrência entre os fornecedores, proteger fornecedores nacionais ou de maneira a discriminar fornecedores de alguma outra Parte, uma entidade compradora poderá recorrer à licitação restrita.

2. Se uma entidade compradora usar licitação restrita, poderá escolher, de acordo com a natureza da compra, não aplicar o Artigo 15.7 (Editais de intenção de compra) por meio do Artigo 15.9 (Qualificação de fornecedores) e o Artigo 15.11 (Negociações) por meio do Artigo 15.15 (Tratamento das propostas e adjudicação de contratos). Uma entidade compradora somente recorrerá à licitação restrita nas seguintes circunstâncias:

- (a) se, em resposta a um edital, convite para participar ou convite para apresentar proposta anterior:
 - (i) nenhuma proposta tenha sido apresentada ou nenhum fornecedor tenha solicitado participação;
 - (ii) nenhuma proposta tenha sido apresentada em conformidade com os requisitos essenciais dos documentos de licitação;
 - (iii) nenhum fornecedor tenha satisfeito as condições para participação;
ou
 - (iv) as propostas apresentadas tenham sido objeto de conluio,

desde que a entidade compradora não modifique substancialmente os requisitos essenciais estabelecidos nos editais ou nos documentos da licitação;

- (b) se a mercadoria ou o serviço só puder ser fornecido por um fornecedor em particular e não exista alternativa razoável ou substituto para a mercadoria ou o serviço por qualquer das seguintes razões:
 - (i) o requisito é para uma obra de arte;
 - (ii) proteção de patentes, direitos autorais ou outros direitos exclusivos;
ou
 - (iii) ausência de concorrência por razões técnicas;
- (c) entregas adicionais, pelo fornecedor original ou seus agentes autorizados, de mercadorias ou serviços que não foram incluídos na compra inicial, caso uma mudança de fornecedor para esses serviços ou mercadorias adicionais:
 - (i) não puder ser feita por razões técnicas, como requisitos de intercambialidade ou interoperabilidade com equipamentos, programas de software, serviços ou instalações existentes adquiridas na compra inicial ou devido às condições das garantias originais do fornecedor ; e

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência**

Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês

- (ii) causaria inconveniência significativa ou aumento substancial de custos para a entidade compradora;

- (d) para uma mercadoria comprada em mercado ou bolsa de commodities;

- (e) se uma entidade compradora adquirir um protótipo ou uma primeira mercadoria ou primeiro serviço destinado a teste limitado ou desenvolvido a seu pedido no curso de um contrato particular de pesquisa, experimento, estudo ou desenvolvimento original e para este. Desenvolvimento original de um protótipo ou primeira mercadoria ou primeiro serviço pode incluir produção ou fornecimento limitado com a finalidade de incorporar os resultados dos testes de campo e demonstrar que o protótipo ou primeira mercadoria ou primeiro serviço é adequado à produção ou ao fornecimento em quantidade dentro de padrões de qualidade aceitáveis, mas não inclui produção nem fornecimento de quantidade para estabelecer viabilidade comercial ou para recuperar custos de pesquisa e desenvolvimento. Não obstante, compras subsequentes a essas mercadorias ou serviços recém-desenvolvidos estarão sujeitos a este Capítulo;

- (f) se serviços adicionais de construção que não foram incluídos no contrato inicial, mas que estavam previstos nos documentos originais da licitação, devido a circunstâncias imprevisíveis, tornem-se necessários para concluir os serviços de construção descritos nesses documentos. No entanto, o valor total dos contratos adjudicados para serviços adicionais de construção não poderá exceder 50% do valor do contrato inicial;

- (g) compras realizadas em condições excepcionalmente vantajosas que só surgem em prazo muito curto, tais como descartes raros, liquidações, falências ou concordatas, mas não para compras de rotina de fornecedores regulares;

- (h) se um contrato for adjudicado ao vencedor de um concurso de projetos, desde que:
 - (i) o concurso tenha sido organizado de maneira compatível com este Capítulo; e
 - (ii) o concurso seja julgado por um júri independente com vistas a adjudicar um contrato de projeto ao vencedor; ou

- (i) na medida do estritamente necessário se, por razões de extrema urgência ocasionada por eventos imprevisíveis pela entidade compradora, a mercadoria ou o serviço não puder ser obtido em tempo hábil por meio de licitação aberta ou seletiva.

3. Para cada contrato adjudicado de acordo com o parágrafo 2, uma entidade compradora deverá preparar um relatório por escrito, ou manter um registro, que inclua o nome da entidade compradora, o valor e o tipo de mercadoria ou serviço adquirido e

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência**

Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês

uma declaração indicando as circunstâncias e as condições descritas no parágrafo 2 que justificaram o uso de licitação restrita.

Artigo 15.11: Negociações

1 . Uma Parte poderá dispor que suas entidades compradoras conduzam as negociações no contexto de compras cobertas se:

- (a) a entidade compradora indicou sua intenção de conduzir negociações no edital de intenção de compra conforme previsto no Artigo 15.7 (Editais de intenção de compra); ou
- (b) se a avaliação concluir que nenhuma oferta é obviamente a mais vantajosa em termos dos critérios específicos de avaliação estabelecidos no edital de intenção de compra ou nos documentos de licitação.

2. A entidade compradora deverá:

- (a) garantir que qualquer eliminação de fornecedores que participam das negociações seja feita de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos no edital de intenção de compra ou nos documentos de licitação; e,
- (b) após a conclusão das negociações, fornecer um prazo final comum para que os fornecedores participantes remanescentes apresentem alguma oferta nova ou revisada.

Artigo 15.12: Especificações técnicas

1 . Uma entidade compradora não deverá preparar, adotar ou aplicar nenhuma especificação técnica nem prescrever nenhum procedimento de avaliação de conformidade com o propósito ou o efeito de criar um obstáculo desnecessário ao comércio entre as Partes.

2. Ao prescrever as especificações técnicas para a mercadoria ou o serviço que está sendo adquirido, uma entidade compradora deverá, se apropriado:

- (a) estabelecer as especificações técnicas em termos de requisitos funcionais e de desempenho, em vez de *design* ou características descritivas; e
- (b) basear as especificações técnicas em normas internacionais, se existirem; ou, caso não existam, em regulamentações técnicas nacionais ou normas ou códigos de construção nacionais reconhecidos.

3. Uma entidade compradora não prescreverá especificações técnicas que exijam ou direcionem para uma marca comercial ou nome comercial, patente, direito autoral, *design*, tipo, origem específica, produtor ou fornecedor em particular, exceto se não houver outra maneira suficientemente precisa ou inteligível de descrever os requisitos da compra e desde que, nesses casos, a entidade compradora inclua termos tais como "ou

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**
equivalente" nos documentos da licitação.

4. Uma entidade compradora não buscará nem aceitará assessoria, de maneira que venha a ter o efeito de impedir a concorrência ou que possa ser usada na preparação ou adoção de qualquer especificação técnica para uma compra específica de uma pessoa que possa ter interesse comercial na compra.

5. Para maior certeza, uma entidade compradora poderá realizar pesquisa de mercado com o objetivo de desenvolver especificações para uma compra em particular.

6. Para maior certeza, o presente Artigo não pretende impedir que uma entidade compradora prepare, adote ou aplique especificações técnicas para promover a conservação de recursos naturais ou a proteção do meio ambiente.

7. Para maior certeza, este Capítulo não pretende impedir que uma Parte, ou qualquer de suas entidades compradoras, prepare, adote ou aplique especificações técnicas necessárias para proteger informações governamentais sensíveis, inclusive especificações que possam afetar ou limitar o armazenamento, a hospedagem ou o processamento de tal informação fora do território da Parte.

Artigo 15.13: Documentos de licitação

1. Uma entidade compradora colocará à disposição ou fornecerá prontamente, mediante solicitação, a qualquer fornecedor interessado a documentação básica da licitação que inclui todas as informações necessárias para permitir que o fornecedor prepare e apresente uma proposta responsiva. Salvo se já incluído no edital de intenção de compra, esses documentos de licitação incluirão uma descrição completa:

- (a) da compra, inclusive a natureza, o escopo e, se conhecida, a quantidade da mercadoria ou do serviço a ser adquirido ou, se a quantidade não for conhecida, a quantidade estimada e quaisquer exigências a serem cumpridas, entre elas, quaisquer especificações técnicas, certificação de conformidade, planos, desenhos ou materiais instrutivos;
- (b) de todas as condições para participação, inclusive quaisquer garantias financeiras, informações e documentos que os fornecedores precisam apresentar;
- (c) de todos os critérios a serem considerados na adjudicação do contrato e a importância relativa desses critérios;
- (d) caso haja uma abertura pública das propostas, de data, hora e local da abertura;
- (e) de quaisquer outros termos ou outras condições relevantes para a avaliação das propostas; e
- (f) de qualquer data para entrega de uma mercadoria ou prestação de um serviço.

2. Ao estabelecer alguma data para a entrega de uma mercadoria ou prestação de um

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência**

Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês

serviço que está sendo adquirido, uma entidade compradora levará em conta fatores como a complexidade da compra.

3. A entidade compradora responderá prontamente a qualquer solicitação cabível de informação pertinente por um fornecedor interessado ou participante, desde que a informação não dê a esse fornecedor uma vantagem sobre os outros fornecedores.

Modificações

4. Se antes da adjudicação de um contrato, uma entidade compradora modificar os critérios de avaliação ou os requisitos estabelecidos em um edital de intenção de compra ou nos documentos da licitação entregues a um fornecedor participante ou alterar ou reemitir um edital ou algum documento da licitação, ela deverá publicar essas modificações ou o edital ou o documento de licitação alterado ou reemitido ou colocá-los à disposição:

- (a) de todos os fornecedores que estiverem participando da compra por ocasião da modificação, emenda ou reemissão, se esses fornecedores forem do conhecimento da entidade compradora, e em todos os outros casos, da mesma maneira em que foram divulgadas as informações originais; e
- (b) em tempo hábil para permitir que esses fornecedores modifiquem e reapresentem sua proposta inicial, se adequado.

Artigo 15.14: Prazos

Geral

1. Uma entidade compradora deverá, de acordo com suas próprias necessidades razoáveis, dar tempo suficiente para um fornecedor obter os documentos da licitação, apresentar solicitação de participação e uma proposta responsiva, levando em conta fatores como:

- (a) a natureza e a complexidade da compra; e
- (b) o prazo necessário para a transmissão de propostas do estrangeiro por meios não eletrônicos, assim como de territórios nacionais caso não sejam usados meios eletrônicos.

Prazos finais:

2. Uma entidade compradora que use licitações seletivas estabelecerá que a data final para apresentar uma solicitação de participação, em princípio, não será inferior a 25 dias a contar da data da publicação do edital de intenção de compra. Caso uma situação de urgência devidamente comprovada pela entidade compradora torne esse prazo impraticável, o prazo poderá ser reduzido para no mínimo dez dias.

3. Salvo pelo disposto nos parágrafos 4 e 5, uma entidade compradora estabelecerá que a data final para a apresentação de propostas não será inferior a 40 dias a contar da

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

data em que:

- (a) em caso de licitação aberta, o edital de intenção de compra for publicado; ou
- (b) em caso de licitação seletiva, a entidade compradora notificar aos fornecedores que eles serão convidados a apresentar propostas, utilizando ou não uma lista multiuso.

4. Uma entidade compradora poderá reduzir o prazo para apresentação de propostas estabelecido no parágrafo 3 em cinco dias para cada uma das seguintes circunstâncias:

- (a) se o edital de intenção de compra for publicado por meios eletrônicos;
- (b) se os documentos da licitação forem disponibilizados por meios eletrônicos desde a data da publicação do edital de intenção de compra;
e
- (c) se a entidade compradora aceitar propostas por meios eletrônicos.

5. Uma entidade compradora poderá reduzir o prazo para apresentação de propostas estabelecido no parágrafo 3 em não menos de dez dias, caso:

- (a) a entidade compradora tenha publicado um edital da compra planejada nos termos do Artigo 15.7 (Editais de intenção de compra) com no mínimo 40 dias e não mais de 12 meses de antecedência em relação à publicação do edital de intenção de compra, e o edital de intenção de compra contiver:
 - (i) uma descrição da compra;
 - (ii) os prazos finais aproximados para a apresentação de propostas ou solicitações de participação;
 - (iii) o endereço de onde os documentos relativos à compra possam ser obtidos; e
 - (iv) o máximo possível de informações necessárias para o edital de intenção de compra;
- (b) uma situação de urgência devidamente comprovada pela entidade compradora torne impraticável o prazo para a apresentação de propostas estabelecido no parágrafo 3; ou
- (c) a entidade compradora adquira mercadorias ou serviços comerciais.

6. A aplicação do parágrafo 4, em conjunto com o parágrafo 5, não resultará, em nenhum caso, na redução dos prazos para apresentação de propostas determinados no parágrafo 3 a menos de dez dias.

7. Uma entidade de compras governamentais exigirá que todos os

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência**
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês

fornecedores interessados ou participantes apresentem solicitação de participação ou propostas de acordo com um prazo final comum. Esses prazos, e qualquer prorrogação desses prazos, serão os mesmos para todos os fornecedores interessados ou participantes.

Artigo 15.15: Tratamento das propostas e adjudicação de contratos

Tratamento das propostas

1. Uma entidade de compras governamentais receberá, abrirá e tratará todas as propostas de acordo com procedimentos que garantam a equidade e a imparcialidade do processo de compra e a confidencialidade das propostas.
2. Caso uma entidade compradora der a um fornecedor a oportunidade de corrigir erros não intencionais de forma entre a abertura das propostas e a adjudicação do contrato, a entidade compradora dará a mesma oportunidade a todos os fornecedores participantes.

Adjudicação de contratos

3. Para ser considerada para uma adjudicação, uma proposta deverá ser apresentada por escrito e, no momento da abertura, deverá tender aos requisitos essenciais determinados nos editais e nos documentos da licitação e ser apresentada por um fornecedor que cumpra as condições de participação.
4. A menos que uma entidade compradora determine que não seja do interesse público adjudicar um contrato, ela adjudicará o contrato ao fornecedor que a entidade compradora determinar como totalmente capaz de cumprir os termos do contrato e que, com base apenas nos critérios de avaliação especificados no edital e nos documentos da licitação, apresente:
 - (a) a proposta mais vantajosa; ou
 - (b) caso o preço seja o único critério, o preço mais baixo.
5. Uma entidade compradora não usará opções, não cancelará uma compra coberta e nem modificará ou dará por encerrados contratos adjudicados com o propósito de evitar os compromissos deste Capítulo.

Artigo 15.16: Informações posteriores às adjudicações

Informações transmitidas aos fornecedores

1. Uma entidade compradora informará prontamente a decisão de adjudicação do contrato aos fornecedores que apresentaram proposta. A entidade compradora poderá fazê-lo por escrito ou por meio de imediata publicação do edital nos termos do parágrafo 3, desde que o edital inclua a data da adjudicação. Caso um fornecedor tenha solicitado a informação por escrito, a entidade compradora a transmitirá por escrito.
2. Sujeito ao Artigo 15.17 (Divulgação das informações), uma entidade compradora

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência**

Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês

dará, mediante solicitação de um fornecedor perdedor, uma explicação dos motivos pelos quais a entidade compradora não selecionou a proposta do fornecedor perdedor ou uma explicação das vantagens da proposta do fornecedor vencedor em relação à sua proposta.

Publicação de informações sobre a adjudicação

3. Depois da adjudicação de um contrato para uma compra coberta, uma entidade compradora divulgará imediatamente em publicação oficialmente designada um edital contendo pelo menos as seguintes informações:

- (a) uma descrição das mercadorias ou dos serviços comprados;
- (b) o nome e o endereço da entidade compradora;
- (c) o nome e o endereço do fornecedor vencedor;
- (d) o valor do contrato adjudicado;
- (e) a data da adjudicação ou, caso a entidade compradora já tenha informado aos fornecedores a data da adjudicação nos termos do parágrafo 1, a data do contrato; e
- (f) o método de compra usado e, caso um procedimento tenha sido usado nos termos do Artigo 15.10 (Licitação restrita), uma breve descrição das circunstâncias que justificam o uso deste procedimento.

Manutenção de registros

4. Uma entidade compradora manterá os documentos, registros e relatórios referentes aos procedimentos licitatórios e às adjudicações de contratos para compras cobertas, inclusive os registros e relatórios previstos no Artigo 15.10.3 (Licitação restrita), por pelo menos três anos após a adjudicação do contrato.

Artigo 15.17: Divulgação de informações

Informações às Partes

1. Mediante solicitação de qualquer das outras Partes, uma Parte dará imediatamente informações suficientes para demonstrar se uma compra foi conduzida de maneira justa, imparcial e de acordo com este Capítulo, inclusive, se aplicável, informações sobre as características e vantagens relativas da proposta vencedora, sem divulgar informações confidenciais. A Parte que receber as informações não as divulgará para nenhum fornecedor, exceto após consultar a Parte que forneceu as informações e obter sua concordância.

Não divulgação de informações

2. Não obstante qualquer disposição deste Capítulo, uma Parte, inclusive suas entidades compradoras, não divulgará informações que prejudiquem os interesses

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência**

Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês

comerciais legítimos de um determinado fornecedor ou que possam prejudicar a concorrência justa entre os fornecedores, salvo na medida em que exija a lei ou com a autorização por escrito do fornecedor que prestou as informações.

3. Nada neste Capítulo deverá ser interpretado no sentido de exigir que uma Parte, inclusive suas entidades compradoras, autoridades e órgãos de revisão, divulgue informações confidenciais, caso essa divulgação:

- (a) impeça a aplicação da lei;
- (b) possa prejudicar a concorrência justa entre os fornecedores;
- (c) possa prejudicar os interesses comerciais legítimos de determinadas pessoas, inclusive a proteção de propriedade intelectual;
- (d) seja de alguma forma contrária ao interesse público.

Artigo 15.18: Garantia de integridade em práticas de compras governamentais

Cada Parte garantirá a existência de medidas administrativas ou criminais para enfrentar a corrupção em suas compras governamentais. Essas medidas podem incluir procedimentos que tornem inelegíveis a participar de compras de uma Parte, por um período indefinido ou determinado, fornecedores que comprovadamente tenham se envolvido em atos fraudulentos ou ilegais com relação a compras governamentais no território da Parte. Cada Parte também garantirá que conta com políticas e procedimentos para eliminar ou gerenciar, na medida do possível, qualquer conflito de interesse potencial da parte dos envolvidos em compras governamentais ou que tenham influência sobre elas.

Artigo 15.19: Revisão interna

1. Cada Parte manterá, estabelecerá ou designará pelo menos uma autoridade administrativa ou judicial imparcial (autoridade revisora) que seja independente de suas entidades compradoras para analisar, de maneira oportuna, transparente, efetiva e não discriminatória uma contestação ou reclamação de um fornecedor em razão de:

- (a) uma violação deste Capítulo; ou,

que surja no contexto de uma compra coberta na qual o fornecedor teve ou tenha interesse. As regras de procedimentos para todas as reclamações deverão ser apresentadas por escrito e colocadas à disposição de maneira generalizada.

2. No caso de reclamação de um fornecedor surgida no contexto de compra coberta na qual o fornecedor teve ou tenha interesse e em que tenha havido uma violação ou descumprimento nos termos do parágrafo 1, a Parte da entidade compradora que realiza a compra incentivará, se apropriado, a entidade compradora e o fornecedor a buscar uma solução da reclamação por meio de consultas. A entidade compradora deverá levar em consideração, imparcial e oportunamente, a reclamação de modo a não prejudicar a participação do fornecedor nas compras em questão ou futuras, nem seu direito de

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência**

Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês

buscar medidas corretivas por meio de procedimentos de revisão administrativa ou judicial. Cada parte deverá colocar à disposição de modo generalizado as informações sobre seus mecanismos de reclamação.

3. Se um órgão, que não a autoridade revisora, analisar uma reclamação, a Parte garantirá que o fornecedor possa apelar da decisão inicial à autoridade revisora que é independente da entidade compradora objeto da reclamação.

4. Caso a autoridade revisora tenha determinado que houve violação ou descumprimento de acordo com o parágrafo 1, uma Parte poderá limitar a compensação por perdas ou danos sofridos seja aos custos razoáveis incorridos na preparação da proposta seja aos custos incorridos na apresentação da reclamação, ou a ambos.

5. Cada parte deverá garantir que, se a autoridade revisora não for um tribunal, seus procedimentos de revisão sejam conduzidos de acordo com os seguintes procedimentos:

- (a) um fornecedor terá tempo suficiente para preparar e apresentar uma reclamação por escrito que em nenhum caso será inferior a dez dias desde o momento em que o fundamento da reclamação se torne conhecido ou em que, de acordo com o bom senso, deveria ter chegado ao conhecimento do fornecedor.
- (b) uma entidade compradora responderá por escrito à reclamação de um fornecedor e apresentará todos os documentos pertinentes à autoridade revisora;
- (c) um fornecedor que apresente uma reclamação deverá ter a oportunidade de contestar a resposta da entidade compradora antes que a autoridade revisora tome uma decisão sobre a reclamação; e
- (d) a autoridade revisora deverá informar sua decisão sobre a reclamação de um fornecedor em tempo hábil, por escrito, com uma explicação dos fundamentos de sua decisão.

6. Cada parte adotará ou manterá procedimentos que estabeleçam:

- (a) medidas provisórias oportunas, enquanto estiver pendente a resolução sobre uma reclamação, para preservar a oportunidade do fornecedor de participar da compra e garantir que as entidades compradores da Parte cumpram as medidas que implementam este Capítulo; e
- (b) ação corretiva que pode incluir compensação nos termos do parágrafo 4.

Os procedimentos podem estipular que consequências adversas prioritárias para os interesses envolvidos, inclusive o interesse público, podem ser levados em conta ao decidir se essas medidas deveriam ser aplicadas. Serão discriminadas por escrito as causas devidamente justificadas para não tomar nenhuma ação.

Artigo 15.20: Modificações e retificações do Anexo

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência**

Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês

1. Uma Parte informará qualquer modificação ou retificação (“modificação”) proposta para sua Programação do Anexo 15-A, fazendo circular uma notificação por escrito às outras Partes através dos pontos de contato geral designados no Artigo 27.5 (Pontos de contato). Uma Parte deverá proporcionar ajustes compensatórios por mudança na cobertura caso seja necessário manter um nível de cobertura comparável à cobertura existente antes da modificação. Essa Parte poderá incluir a proposta de ajuste compensatório em sua notificação.

2. Não é exigido que uma Parte forneça ajustes compensatórios às outras Partes caso a modificação proposta refira-se a uma das seguintes condições:

- (a) uma entidade compradora sobre a qual a Parte tenha efetivamente eliminado seu controle ou influência com relação à compra coberta por essa entidade compradora; ou
- (b) retificações de natureza puramente formal e modificações menores em sua Programação do Anexo 15-A, como:
 - (i) alterações no nome de uma entidade compradora;
 - (ii) a fusão de uma ou mais entidades compradoras relacionadas nesta Programação;
 - (iii) a divisão de uma entidade compradora relacionada na sua Programação em duas ou mais entidades compradoras constantes da relação das entidades compradoras na mesma Seção do Anexo; e
 - (iv) alterações nas referências dos sites,

e nenhuma Parte faz objeções nos termos do parágrafo 3, com base em que a modificação proposta não se refere aos itens (a) ou (b).

3. Qualquer Parte cujos direitos nos termos deste Capítulo possam ser afetados por uma proposta de modificação notificada de acordo com o parágrafo 1 avisará às outras Partes sobre qualquer objeção à modificação proposta dentro de 45 dias a contar da data da divulgação do edital.

4. Se uma Parte fizer objeções a uma modificação proposta, inclusive uma modificação referente a uma entidade compradora, baseando-se no fato de ter sido efetivamente eliminado o controle ou a influência governamental sobre a compra coberta, essa Parte poderá solicitar informações adicionais, inclusive informações sobre a natureza de qualquer controle ou influência governamental, com vistas a esclarecer e chegar a um acordo sobre a modificação proposta, inclusive a continuação da cobertura da entidade compradora nos termos deste Capítulo. A Parte que realizar uma modificação e qualquer Parte que fizer qualquer objeção deverão envidar esforços para resolver a objeção por meio de consultas.

5. Se a Parte que propõe uma modificação e qualquer Parte que

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência**
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês

fizer alguma objeção resolverem a objeção por meio de consultas, a Parte que propõe a modificação deverá notificar as outras Partes sobre a resolução.

6. A Comissão modificará o Anexo 15-A de modo a refletir qualquer modificação acordada.

Artigo 15.21: Facilitação da participação de PMEs

1. As Partes reconhecem a importante contribuição que as PMEs podem dar para o crescimento econômico e o emprego, assim como a importância de facilitar a participação de PMEs nas compras governamentais.

2. Caso uma Parte mantenha uma medida que proporcione tratamento preferencial às PMEs, essa Parte deverá garantir que a medida, inclusive os critérios de elegibilidade, seja transparente.

3. Para facilitar a participação de PMEs em compras cobertas, cada Parte deverá, na medida do possível e, se apropriado:

- (a) fornecer informações abrangentes relativas à compra que incluam uma definição de PMEs em um único portal eletrônico;
- (b) empenhar-se para tornar todos os documentos da licitação disponíveis gratuitamente;
- (c) realizar a compra por meios eletrônicos ou mediante outras novas tecnologias de informação e comunicação; e
- (d) considerar o tamanho, o projeto e a estrutura da compra, inclusive o uso de subcontratação pelas PMEs.

Artigo 15.22: Cooperação

1. As Partes reconhecem seu interesse comum em cooperar para promover a liberalização internacional dos mercados de compras governamentais com vistas a adquirir melhor entendimento dos sistemas de suas respectivas compras governamentais e melhorar o acesso a seus respectivos mercados.

2. As Partes deverão se empenhar em cooperar em questões como:

- (a) facilitação da participação de fornecedores nas compras governamentais, em especial, de PMEs;
- (b) troca de experiências e informações, como marcos regulatórios, melhores práticas e dados estatísticos;
- (c) desenvolvimento e expansão do uso de meios eletrônicos nos sistemas de compras governamentais;
- (d) desenvolvimento das habilidades de funcionários do governo nas

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês
melhores práticas de compras governamentais;**

- (e) fortalecimento institucional para o cumprimento das disposições deste Capítulo; e
- (f) melhoria da capacidade de proporcionar acesso multilíngue a oportunidades de compras governamentais.

Artigo 15.23: Comitê sobre compras governamentais

As Partes estabelecem, por este documento, um Comitê de Compras Governamentais (Comitê) composto de representantes governamentais das Partes. A pedido de uma Parte, o Comitê deverá se reunir para tratar de assuntos relacionados com a implementação e a execução deste Capítulo, como:

- (a) cooperação entre as Partes, nos termos do Artigo 15.22 (Cooperação);
- (b) facilitação da participação de PMEs em compras cobertas, nos termos do Artigo 15.21 (Facilitação da participação de PMEs);
- (c) uso de medidas de transição; e
- (d) consideração de negociações adicionais nos termos do Artigo 15.24 (Negociações adicionais).

Artigo 15.24: Negociações adicionais

1. O Comitê revisará este Capítulo e poderá decidir realizar negociações adicionais com vistas a:

- (a) melhorar a cobertura do acesso a mercados por meio de ampliação das listas de entidades compradoras e redução de exclusões e exceções previstas no Anexo 15-A;
- (b) revisar os limites determinados no Anexo 15-A;
- (c) revisar a Fórmula de Ajuste de Limite da Seção H do Anexo 15-A; e
- (d) reduzir e eliminar medidas discriminatórias.

2. No mais tardar, três anos após a data de entrada em vigor deste Acordo, as Partes deverão iniciar negociações para conseguir maior cobertura, inclusive cobertura subcentral². As Partes também podem concordar em cobrir compras governamentais subcentrais antes ou depois do início dessas negociações.

² Para aquelas Partes que administram no âmbito central de governo os tipos de compras que outras Partes possam administrar por meio de entidades subcentrais, essas negociações poderão envolver compromissos em âmbito do governo central em vez de em âmbito do governo subcentral.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**